

As relações de poder na Universidade

“ De quem e para quem?”

Livro/Texto para estudantes



Editorial: Bem vindos Calouros!!!

Parabéns a todos os calouros. O vestibular é — dentre uma infinidade de outras coisas — uma prova difícil e todos aqueles que conseguem superá-lo merecem ser parabenizados. Embora todo ano a universidade se renove, é sempre com muita expectativa que os veteranos aguardam o ingresso dos calouros. São eles que mudam a cara das coisas e continuam o que já havia sido começado. E quanta coisa há de se continuar este ano...

Para receber os Calouros, uma Comissão de estudantes, professores e servidores organizaram, este ano, toda uma semana completa de atividades de integração entre ingressantes e veteranos, que englobam desde atividades lúdicas até discussões políticas que buscam situá-los na universidade: a Calourada 2010.

Este livro/texto faz parte do esforço para integrar os calouros na universidade. Nele constam muitos escritos que apresentam a universidade tal como ela é. Ocorre que a primeira coisa a se questionar é a propaganda institucional da UNESP, que a coloca como a melhor das melhores. Embora esta seja uma boa universidade pública, isto não significa que não haja problemas nela. Eles existem e são muitos. E, por causa destes, os estudantes, os servidores e os professores se organizam para buscar solucioná-los e melhorá-la. Além disso, esses três grupos necessitam, por muitas vezes, até mesmo defender a precária qualidade atual da universidade contra as medidas dos diferentes governos que querem, por um ou outro motivo, precarizá-la. Por vezes, os três grupos conseguem vitórias. Mas, como quase nada são flores, não raro, ao buscar estes objetivos, estudantes, professores e funcionários são derrotados.

Neste livro/texto buscaremos apresentar a universidade sob uma série de pontos de vistas distintos. Trataremos da forma como a UNESP se organiza, como os estudantes também se organizam para defender seus interesses, e a história desta organização chamada Movimento Estudantil, desde 2003 até 2009. Falaremos sobre a reforma do governo federal para educação em todo o país, ou seja, seu projeto de sucateamento desta. Apresentamos um tema que muito nos importa: a democracia na universidade e como democratizá-la (porque a universidade não é democrática). Falaremos sobre as políticas para manter os estudantes pobres na universidade — ou a ausência delas —, chamadas de políticas de permanência estudantil. E, um dos temas mais interessantes para os Calouros: o trote.

*

Embora a Direção da FFC tenha financiado praticamente todas as atividades da Calourada 2010, ela se negou a bancar outras não menos importantes, como a vinda de três debatedores que os estudantes consideravam de extrema relevância: Alonso Moreira, da Comissão de Moradia da UNESP-Franca; Claudionor Brandão, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da USP; e José Bahia Júnior, do DCE da UFOP (Não sabe o que é um DCE? Olhe no Glossário deste livro/texto). A Direção se recusou, ainda, a custear este livro/texto, cujo objetivo é discutir com os estudantes a realidade da universidade, não seu projeto sonhado.

Apesar do forte cerceamento político empreendido pela Direção, não tínhamos, contudo, condições políticas na faculdade para romper com ela. Éramos pouquíssimos estudantes e entidades (CA's de Terapia Ocupacional, Relações Internacionais, Filosofia e Pedagogia, além de membros da Comissão de Moradia; não sabe o que é um C.A.? Já sabe onde procurar) interessados em construir uma Calourada. Tínhamos, pois, a escolha de ou fazer a Calourada com a Direção e aproveitarmos as brechas para denunciá-la ou rachar com ela e perigar não haver Calourada alguma.

O Centro Acadêmico de Ciências Sociais, até então praticamente ausente da organização da Calourada 2010, preferiu rachar com as demais entidades do campus e construir, sozinho, poucas atividades que estão a chamar de "Calourada Paralela". Os motivos que os levaram a rachar são, contudo e em fato, outros que discutiremos em Assembléia Geral, o local mais adequado para tal.

Entretanto, a Direção merece o mais veemente repúdio por parte dos estudantes pela atitude arbitrária que tomou: o veto da vinda dos palestrantes acima mencionados, e o não financiamento deste livro/texto elaborado e concebido exclusivamente por alunos, com a justificativa de este ter cunho político. O modo como ela agiu somente demonstra, na prática, um daqueles problemas dos quais dizíamos há pouco: a falta de democracia na universidade. E, por causa deste problema, dentre outras coisas, é que necessitamos nos organizar, enquanto estudantes de uma universidade pública, para defender nossos interesses, dentre outras coisas.

*

Agradecemos a todos os estudantes e professores que contribuíram para a Calourada 2010 e para a execução deste livro/texto, cujas atividades e escritos foram feitos pensando em integrar e colocar elementos de reflexão aos calouros. Que você, então, aproveitem.

Aline Monge, Mestranda em Educação na UNESP-Marília
Camila Mendes Pinheiro, 3º Pedagogia na UNESP-Marília
Felipe Luiz "Guma", 4º Filosofia na UNESP-Marília
Karina Perin Ferraro, Mestranda em Educação na UNESP-Marília

Sumário

- A organização do movimento estudantil hoje
- Estrutura burocrática da UNESP ou a antidemocracia universitária
- A democratização da Universidade
- A luta pela permanência e a permanência da luta
- Os ataques do Governo Federal
- O movimento estudantil na última década e o projeto de universidade pública do Governo estadual
- 2009: ano de luta
- 4 motivos para desmistificar o Ensino a Distância (EaD)
- A universidade que reprime
- A luta pela permanência e a permanência da luta
- Ano novo velhos hábitos
- Glossário



A organização do movimento estudantil hoje.

A universidade é hoje composta por três segmentos definidos de acordo com a função que nela exercem: aos professores compete ensinar o conhecimento por eles acumulado; aos funcionários cumprir, literalmente, fazer a universidade funcionar, e com isto deve-se entender desde atividades burocráticas, até limpar os prédios e vigiar a estrutura; aos estudantes cumprir, como o nome indica, estudar. Esses três segmentos devem articular-se para dar realidade ao objetivo da universidade, qual seja: produzir e reproduzir conhecimento. Para este fim, as três categorias são fundamentais.

O que marca a universidade de nossos dias — inclusive a UNESP — é uma falta, ou, antes, uma série de faltas. E a falta à qual todas as outras podem ser subsumidas é a falta de democracia.

Faltam vagas para todos que querem cursar a universidade. Faltam políticas de permanência estudantil. Falta democracia na gestão da universidade. Falta abertura da universidade pública à sociedade que a mantém como tal: a utilização e a finalidade pública do conhecimento que a universidade produz. Faltam salários dignos aos professores e funcionários — a estes especialmente. Faltam, pois, muitas coisas, e este é o primeiro motivo que leva os três segmentos a organizar-se; quer dizer, lutar por condições que permitam que suas respectivas funções articulem-se para que a universidade cumpra suas finalidades: produzir, reproduzir e estender o conhecimento à sociedade.

Mas não trata-se de um mesmo plano, onde os três segmentos ocupam a mesma posição. Não: no interior da universidade os segmentos ocupam posições diferentes. Quem gere a universidade, por exemplo, é uma parcela de professores e funcionários: a burocracia acadêmica; a enorme maior parte dos estudantes, funcionários e mesmo dos professores não participam em nenhum nível dessa gestão — portanto, as diferenças não se dão somente entre segmentos, mas interiormente a cada segmento há diferenças.

Porque se ocupam diferentes posições, mas não só por isso, há diferenças: é que a universidade não é uma idéia pronta desde sempre; ela está situada, e muito bem situada, nos confrontos de interesses na sociedade. Há projetos distintos para as universidades. Ou seja, baseado nas forças políticas de seus envolvidos será vitorioso um projeto de universidade. Neste desnível de posições, desenvolve-se toda uma série de lutas na universidade. Para defender seus interesses e seus projetos políticos distintos, os grupos organizam-se. Grupos dentro de cada segmento, grupos do segmento, grupos que perpassam e dão a volta nos segmentos.

Chama-se Movimento Estudantil (M.E.), o meio através do qual os estudantes organizam-se para conseguir as condições mínimas de estudo e para por em prática seu projeto político de universidade. Portanto, meio para a defesa dos interesses dos estudantes. Estes interesses são, por sua vez, definidos através de dois mecanismos de democracia. Aqueles de democracia direta e outros, de democracia representativa.

Dentre os mais notáveis mecanismos de democracia direta, podemos citar as assembleias estudantis. Nelas vale o princípio de "cada cabeça um voto". São os organismos supremos de deliberação estudantil, onde qualquer estudante pode tomar a palavra e votar. Nenhum outro organismo é superior a uma assembleia em suas respectivas instâncias, porque existem diversos níveis de assembleias: assembleia de curso, de faculdade ou instituto, de universidade, etc.

Há, além disso, os comitês ou comandos: mecanismos instaurados por uma assembleia com um fim específico; assim, submetem-se à assembleia. Por exemplo, um comando de greve ou um comitê de luta contra a repressão. Seu objetivo é, portanto, organizar uma mobilização contra determinada coisa. Existem dois tipos de comitês/comandos: abertos (onde todos os presentes têm direito à voz e voto). E fechados (onde somente alguns representantes, chamados de delegados, tem direito ao voto, ao restante cabendo somente o direito à voz).

Ao contrário das assembleias e comitês, os mecanismos de democracia representativa são permanentes, isto é, ocorre uma disputa eleitoral entre uma série de chapas/candidatos, e a/o chapa/candidato eleito tem um mandato fixo, ao fim do qual procede-se uma nova eleição. Dentre estes mecanismos cumprir ressaltar os Centros Acadêmicos (CA's), que representam os estudantes de determinados cursos; os Diretórios Acadêmicos (DA's), representantes dos estudantes de uma faculdade ou instituto, sendo estas/estes uma congregação de cursos; e os Diretórios Centrais dos estudantes (DCE's), cuja função é representar a totalidade dos estudantes de uma universidade, que é uma congregação de faculdades e institutos. CA's, DA's e DCE's são organizações autônomas dos estudantes, cujos fins são defender perenemente os interesses dos estudantes.

Essas entidades estudantis podem possuir uma série de diferenças internas. Constituídas por uma série de membros, elas podem ser verticais (caso haja uma hierarquia interna, por exemplo: presidente, vice-presidente, etc..) ou horizontais (portanto, com todos os membros equivalendo-se

entre si nas decisões internas). A forma de sua eleições pode ser majoritária (a chapa que tiver maioria absoluta de votos ocupa todas as cadeiras na entidade) ou proporcional (as chapas ocuparão as cadeiras proporcionalmente ao número de votos que obtiveram).

*

Através de suas formas organizacionais democráticas, portanto, os estudantes defendem seus interesses. Por meio delas, colocam em prática seu projeto político para a universidade. E tanto mais os estudantes serão influentes quanto mais fortes forem estas organizações nas lutas internas à universidade.

Felipe Luiz "Guma", 4º Filosofia na UNESP-Marília
Aline Monge, Mestranda em Educação na UNESP-Marília

Estrutura burocrática da UNESP ou a antidemocracia universitária¹

A UNESP é composta burocraticamente por uma série de órgãos que, em se relacionando, administram a universidade. Basicamente dividem-se em dois tipos; órgãos de administração geral da UNESP; e órgãos das unidades, que administram cada campus. Há, além disso, dois tipos de órgãos de gestão: os órgãos colegiados e os órgãos executivos.

Em todos os órgãos colegiados e comissões da Universidade, os professores devem, obrigatoriamente, ocupar 70% das vagas, quer dizer, os professores é que mandam na universidade em fato. Os funcionários e estudantes possuem somente 15%, cada categoria, dos assentos nestes órgãos colegiados. Trata-se do famoso 70-15-15, absolutamente antidemocrático, pois os estudantes e funcionários, embora sejam a maioria absoluta da universidade em números absolutos, não o são com o mesmo peso na gestão, com um segmento valendo mais que os outros: é que na universidade todos são iguais, mas uns são muito mais iguais que os demais.

O órgão máximo de deliberação da universidade é o Conselho Universitário (C.O.), composto pelos diretores das unidades, pelo reitor e vice-reitor, pelos pró-reitores, representantes de professores, funcionários e estudantes e representantes das entidades patronais e de entidades dos trabalhadores. O C.O. possui dois órgãos auxiliares principais, o CADE (Conselho de Administração e Desenvolvimento) e o CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade), cujas composições obedecem ao mesmo esquema do C.O., quer dizer, os professores possuem maioria mais que absoluta, podendo deliberar e aprovar sozinho sobre e qualquer tema.

A estes órgãos colegiados subordina-se a Reitoria. O reitor é o administrador máximo da universidade; o vice-reitor é seu substituto imediato; e os pró-reitores cuidam de partes específicas da administração da universidade, como a graduação ou a administração. Embora se diga que o reitor é eleito, em fato, o processo de escolha do reitor é a marca a mais saliente da estrutura meritocrática e autoritária da universidade. Primeiro, somente professores (com o grau máximo de titulação possível — chamados professores titulares) podem se candidatar a reitoria; portanto, nem estudantes nem funcionários e sequer a maior parte dos professores podem participar da gestão da universidade enquanto reitores. Segundo, a forma como as eleições se dão: há uma diferença gritante entre o peso de cada uma das categorias na escolha do reitor: o voto de cada professor equivale ao de voto de 3.097 estudantes e de 458 funcionários²; isto porque embora a UNESP conte com 46.566 estudantes e 6880 funcionários, estes não exercem nem a sombra de poder que os professores, que somam 3.425. Isto leva a distorções no processo de eleição, como a que ocorreu aqui nesta UNESP-Marília em 2008: o candidato que obteve a maioria absoluta de votos, Prof. Dr. Zé Carlos, não tornou-se Diretor; é que a outra concorrente e atual Diretora — Profa. Dra. Fujita—, teve um número maior de votos dos professores, em contraste com Zé Carlos, cuja base era predominantemente formada por estudantes e funcionários. Assim, Zé Carlos ganhou, mas perdeu e Fujita perdeu, mas ganhou. Terceiro: quem dá a última palavra sobre a escolha do reitor é o governador do estado. O C.O. elabora uma lista tríplice, com os três candidatos mais bem votados. A partir desta, o Governador do Estado indica quem será o reitor da UNESP. Nem sempre aquele que recebeu a maior votação será o reitor; é o que acaba de ocorrer na USP: embora G. Oliva tenha

¹ Os dados constantes neste texto estão disponíveis no site da UNESPe no Anuário Estatístico 2009, cujo download também é possível na página da universidade: www.unesp.br

² Coeficiente obtido por meio da divisão do número total de estudantes, professores e funcionários da UNESP pela percentagem de vagas de cada segmento nos órgãos colegiados.

recebido a maioria dos votos, foi J. G. Rodas o escolhido como novo reitor da USP pelo governador Serra.

O reitor comanda toda a maquinaria burocrática da universidade: pró-reitorias, assessorias, etc.. Ele é responsável direto por colocar em prática a política do governo do estado para a universidade. Atualmente, por exemplo, o Governador Serra busca aumentar o número de vagas na universidade por meio do ensino à distância e submeter, ainda mais, às universidades e a educação de maneira geral aos interesses dos grandes capitalistas. A Reitoria da UNESP (RUNESP) segue atentamente estes planos, seja por meio da abertura de toda uma série de cursos à distância, como Pedagogia, seja através do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), que torna a UNESP um anexo das grandes empresas e dos latifundiários do estado, submetendo-a completamente a estes.

*

Portanto, RUNESP é o nome da administração geral da universidade, responsável por gerir e dar unidade ao conjunto da universidade. É que a UNESP é uma universidade multicampi, quer dizer, descentralizada. Há mais de 30 unidades da UNESP espalhadas por 23 cidades do estado. Por unidade deve-se compreender uma faculdade ou instituto, cada um composto, por seu lado, por uma série de cursos.

A célula burocrática primordial de cada campus é o departamento; ele congrega os professores de determinada área em um todo mais ou menos coerente. Cada departamento possui um chefe e, o conjunto dos chefes de departamento de uma unidade compõe a Congregação local, juntamente com os representantes dos estudantes e dos funcionários. Este órgão colegiado é um pequeno C.O., órgão máximo de deliberação de cada unidade; e, também como no CO, a Congregação possui toda uma sorte de Comissões assessoras, como Conselho de Orçamento, ou o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. O presidente da Congregação é sempre o Diretor da unidade, um pequeno reitor que administra o campus. Também o Diretor deve se submeter à Congregação, tal qual o reitor ao C.O.

*

A universidade, esta fábrica de conhecimento, cuja origem remonta aos mais obscuros tempos da Idade Média, mantém-se, quando soa bem de pertinho o primeiro milênio de sua criação, mantém-se, ainda, medieval. Controlada por uma casta de professores altamente especializados, que se colocam como os iluminados, os únicos capazes de gerir a universidade; a universidade é como que um feudo: exclui a maior parte da população, deixando-se entrevar nas mãos de uns poucos. A universidade, inteira fechada, que somente corta fora todo aquele que não lhe é dócil. A UNESP: uma universidade de nossos dias.

Felipe Luiz "Guma", 4º Filosofia na UNESP-Marília
Aline Monge, Mestranda em Educação na UNESP-Marília

A democratização da Universidade

Como tudo o que há no mundo, também a universidade pode-se dizer composta de três partes: início, meio e fim. Como quase tudo que há em nossa sociedade, também à universidade falta uma série de coisas que a distanciam da perfeição.

Democratização significa o processo de tornar algo democrático. Se a universidade deve se tornar, ela não é. Trata-se, pois, de uma falta e é de uma destas faltas que este pequeno texto pretende tratar: a falta de democracia na universidade, seja em seu início, em seu meio ou em seu fim.

O ingresso na universidade não é livre. Não são todos que poderão, um dia, ter um diploma em mãos. Na verdade, são muitos poucos no Brasil atualmente: a universidade, e a universidade pública especificamente, são extremamente restritas; no caso das universidades privadas, isto se dá em decorrência das altas mensalidades, que poucos — em uma sociedade marcada pelas diferenças

mais abissais entre ricos e pobres — podem arcar. No caso das universidades públicas, como a UNESP, a questão torna-se um pouquinho mais complicada.

Há o vestibular que existe para medir um conhecimento hegemônico que é negado a maioria da população e que seleciona quem fará e quem não fará a universidade. Ora, se a universidade pública de qualidade estivesse ao alcance de todos quem pagaria as mensalidades de uma privada? Portanto, faz parte da política neoliberal vigente, que separa os cursos de excelência dos que formam para o mercado de trabalho. O vestibular serve, portanto, para impedir que a maior parte da população, que é pobre e cujo ensino básico deu-se em escolas públicas extremamente precarizadas, entrem nesses centros de excelência, como a USP, UNESP e Unicamp.

Uma universidade democrática em seu início é aberta para que todos os que querem cursar o façam; uma universidade que, sendo pública, permita e busque integrar a maior parte da população às suas fileiras.

Há o meio das coisas. Por ele, as coisas articulam-se para atingir seu fim. Pois bem, são três os fins da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão (o tripé indissociável). O meio é denominado administração, ou seja, planejamento e organização para atingir um fim. Essa administração não é neutra, o modo como ela se organiza é embasada em uma concepção do seu fim, ou seja, no caso da universidade, em uma concepção de educação.

Na administração também falta democracia. É que a administração da universidade concentra-se em órgãos, chamados colegiados, onde os professores dominam. Eles têm legalmente, com exceção dos Conselhos de Curso, direito à 70% das vagas, enquanto que os funcionários e estudantes têm direito somente a 15% cada setor. Como a divisão em peso decisório na universidade segue o famoso 70-15-15, sendo que os estudantes e os funcionários somam, na UNESP, 53.446 enquanto que os professores são, no total, 3.325? Há 16 vezes mais funcionários e estudantes que professores. No entanto, seu peso em decisões é irrisório. Há uma casta de professores incrustada na universidade que a controla, de modo que os colegiados da universidade são antidemocráticos, absolutamente autoritários. Mesmo nas eleições para reitor e diretor os professores valem mais que o restante; na universidade, cada cabeça não vale um voto, como se os professores fossem iluminados, destinados pelas forças do universo a comandar o restante da universidade.

Uma universidade democrática em seus meios reconhece, em um primeiro momento, que todos aqueles que a compõem são iguais independentemente da função que exercem em seu interior. Fazem parte de uma mesmo projeto de universidade e, portanto, devem decidir por ele. Não há justificativa razoável para que os professores, por terem estudado, por exemplo, filosofia antiga, saibam melhor que os demais segmentos da universidade planejar seu projeto político-pedagógico.

Há duas propostas imediatas no sentido de democratizar a universidade: a paridade e a proporcionalidade. Paridade quer dizer que cada um dos três setores terá um terço do voto nos órgãos colegiados e um terço do peso nas eleições: 33%-33%-33%. Proporcionalidade significa que os setores terão o peso equivalente ao seu número absoluto na universidade; assim, a universidade deixaria de dar-se sob a forma de castas para ser como todo resto da sociedade, onde cada um vale um voto.

Por último, o conhecimento gerado na universidade. Em tese, o conhecimento produzido pela universidade pública deve ser voltado para a sociedade. O que acontece hoje é que as verbas para as pesquisas são financiadas por agências que possuem uma política de priorização daquelas que levem a um retorno imediato e que sirvam para gerar lucro às grandes empresas. Trata-se de uma privatização velada da universidade: se esta é pública, como pode sua finalidade dar-se para lucro privado de uns poucos empresários?

Uma universidade pública em seus fins será aquela na qual o dinheiro público que é arrecado da sociedade retorne a ela. O conhecimento que a universidade produz será público quando destinar-se a suprir e resolver necessidades sociais, como os problemas crônicos de nosso país: a fome, enchentes, doenças, etc. Não pesquisar Botox, como faz o Dep de Biologia da USP; ou melhoramento genético de frangos, tal qual o ex-reitor da UNESP, Marcos Macari, o fez a serviço da Perdigão.

Democratizar a universidade é um imperativo ao movimento estudantil. Como a burocracia acadêmica jamais abrirá mão do controle da universidade, somente forte mobilização estudantil, poderá mostrar aos excluídos, àqueles que não têm acesso à universidade pública, como esta permanece elitista e submissa aos grandes interesses; somente uma mobilização que alie estudantes e sociedade poderá, em fato, democratizá-la. Eis uma necessidade atual do movimento estudantil e de trabalhadores da universidade.

A luta pela permanência e a permanência da luta.

Um novo ciclo da universidade está começando nesse ano. Ciclo este que se repete a cada novo ano letivo: estudantes que se iniciam no universo acadêmico e estudantes que o deixam. Isso revela que o modo de funcionamento da universidade apresenta uma continuidade; essa continuidade depende da existência de elementos: esses elementos dão permanência à estrutura de funcionamento do ensino, da pesquisa e da extensão - o famoso tripé sobre o qual apóiam-se as universidades. Mas não é intenção deste texto deter-se ao referido tripé, pois isto será feito pela burocracia acadêmica. Não obstante, constitui o propósito destas poucas linhas abordar um pouco sobre um catalisador da universidade, o qual será referido com o nome de luta. Ainda que para muitos ela não seja clara, todos conhecem a luta, e ela deve ser inserida no contexto geral da universidade. A luta que aqui trataremos é aquela que defende a permanência dos estudantes na universidade – moradia, restaurante universitário (RU) e bolsas de apoio. Cabe ressaltar que estes não são os únicos problemas e contratempos que os estudantes enfrentam.

Não é só na Unesp em Marília que a minoria dos ingressantes pertence à classe mais oprimida da sociedade. Fazer parte desta minoria, os pobres, acarreta uma série de conseqüências de âmbito estudantil e acadêmico, tais como: necessidade de moradia e bolsas estudantis, RU, quantidade de livros disponíveis na biblioteca e acesso à internet. A permanência dos pobres na universidade já é dificultada pela própria condição social, e se torna comprometida caso não haja políticas de permanência estudantil. Convém ressaltar que as políticas de permanências existentes nas universidades não são garantidas todos os anos à todos os estudantes e não são frutos da boa vontade da burocracia acadêmica, mas da luta dos próprios estudantes. Infelizmente todos os anos a história se repete na luta pelos meios que permitam a inserção e continuidade dos estudantes.

A moradia, por exemplo, o espaço de vivência dos estudantes oriundos da classe trabalhadora, é resultado de uma luta levada a cabo por aqueles que não possuíam meios de se manter na universidade. A luta foi travada contra a burocracia acadêmica que, mesmo conhecendo as necessidades dos estudantes da construção de uma moradia, tornou o processo demasiado lento. Essa história teve momentos de intensidade aguda, como o período em que muitos, como protesto, dormiram no cemitério da cidade por várias noites. A intenção do movimento era clara: conquistar meios que permitissem a permanência dos estudantes em Marília e, nesse momento de conquista, com a construção da moradia, a organização dos estudantes foi necessária.

Faz-se presente dentro da Moradia Estudantil uma organização autônoma dos estudantes denominada Comissão de Moradia, cujos objetivos compreendem tanto a organização do espaço que constitui lar de mais de cem pessoas, quanto para levar adiante as lutas históricas dos estudantes pobres, que visam conquistas fundamentais; a Comissão de Moradia busca, enfim, dar força àqueles que pretendem não só uma Universidade, mas uma sociedade verdadeiramente justa. Dentre outras questões, a organização estudantil busca formas de solucionar as demandas dos estudantes (inclusive aquelas de permanência) seja através de protestos, greves, e outras formas de luta.

Todavia, nem só de casa para morar é que vive o estudante. Há várias outras necessidades – tais como livros, alimento, vestimenta, atendimento médico, internet - que são historicamente constituídas pelos seres humanos e que recebem um caráter de normalidade na sociedade. Segundo as circunstâncias da sociedade atual, as necessidades só podem ser satisfeitas quando o indivíduo tem a posse e faz uso do dinheiro – ele é um agente intermediário entre a necessidade e a sua realização. Esse meio existe na esfera

estudantil, mesmo que em número insuficiente: as bolsas de auxílio estudantil. Essa modalidade de bolsa dá uma pequena ajuda aos que precisam, mas há que se destacar aspectos sobre sua quantidade e qualidade: o seu número é pequeno frente à demanda e o valor não cobre as despesas reais. Não isto bastando, a forma de seleção de contemplados pela bolsa é um processo extremamente burocrático, constrangedor, negligente e de descaso, realizado pela burocracia acadêmica: nele o pobre tem que provar sua miséria. De fato, o valor da bolsa não permite sequer a aquisição dos textos que são utilizados no curso. Não obstante, mesmo sendo escasso o número de bolsas, elas são os resultados de luta dos estudantes. Luta que se radicaliza quando os detentores do dinheiro público são colocados contra suas paredes de cristal e espelho, que refletem as diferenças de classes.

A radicalização da luta deixou resultados que até hoje dão frutos importantes aos estudantes. Mas é preciso explicitar que radicalização não é sinônimo de loucura, barbárie; essa concepção é falaciosa. É certo também que a luta não é incorporada por todas as pessoas aqui presentes. Para muitos as condições de existência atuais estão muito favoráveis; assim, devemos nos perguntar, quem é que luta e quem não luta? Como se divide a sociedade hoje e como essa divisão, marcada por drásticas contradições, se reflete na universidade? Quem nunca viu a distorção feita pela mídia das lutas dos estudantes por condições mínimas de permanência e a repressão policial a mando dos dirigentes burocratas?

Em geral, o espaço de atuação dos filhos da classe trabalhadora na universidade é reduzido, limitado por aqueles que anseiam a dominação cada vez maior. Mas nem só os pobres enfrentam os problemas aqui existentes. Há coisas comuns, que ferem a todos: falta de professores em todos os cursos, falta de livros e recursos, quadro de funcionários incompleto (o que gera um gravíssimo problema: os que ainda conseguem trabalhar devem fazer o serviço de muitos, sendo explorados ao extremo), falta de recursos para o R.U., sujeira feita por muitos dos próprios estudantes e professores, que são limpas pelas funcionárias terceirizadas, a própria terceirização nas universidades, etc.

O problema da ocorrência excessiva de professores substitutos reside no fato deles sempre pegarem o “bonde andando”, sem falar do baixo salário, na impossibilidade de orientação em estágios, o que leva ao sobrecarregamento dos professores efetivos. Não há dúvidas da capacidade intelectual dos professores substitutos; contudo, assim como no caso da contratação de funcionários terceirizados, eles não têm vários direitos que um funcionário público contratado possui.

A UNESP-Marília conta, ainda, com um restaurante universitário. Fruto de mais de vinte anos de luta dos estudantes, o R.U. vai longe da perfeição: há poucos funcionários, refeições e espaço, além do que o restaurante funciona somente no horário do almoço. A luta realizada em 2009 pelos estudantes conquistou a garantia do funcionamento noturno do R.U.; mas, por enquanto, ficou somente como promessa não cumprida da Direção e da Reitoria.

Tudo isso compõe uma breve descrição do que ocorre, e por isso tem suas limitações. É preciso que cada um tome para si o problema e, de forma organizada com os estudantes e trabalhadores que querem realmente uma transformação da realidade, dê continuidade à luta, não deixando perecer de vez esse espaço que pode(ria) ser de crescimento social e pessoal.

Rodrigo Maia, graduando em Ciências Sociais na UNESP-Marília.
Juliana Galhardi. Mestranda em Geologia na UNESP-Rio Claro

Os ataques do Governo Federal

Apesar de sermos considerados um povo pacífico, a história brasileira contém inúmeras revoltas e manifestações ao longo desses quinhentos anos, e com a educação não foi diferente.

Recorrendo a um período mais recente, em 1932, intelectuais brasileiros [da nossa nação] (*nação passa-me a noção ou de um nacional-desenvolvimentismo frouxo ou de um chauvinismo) lançaram o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, [ou seja,] uma carta que continha reformas educacionais partindo da necessidade da elaboração de um plano nacional para a educação. A partir da grande repercussão desse manifesto, outros setores da sociedade, entendendo a sua importância e necessidade, participam mais abertamente das discussões e na Constituição Federal de 1934, a educação é incorporada como artigo e dever do Estado.

Ao longo dos anos que se sucederam, e ainda na atualidade, as preocupações com a educação entraram e saíram da Constituição. Houve momentos de grandes lutas, com períodos democráticos — onde vários setores da população realmente participaram das discussões. Mas, sem dúvida alguma, o que prevaleceu foram sempre os acordos dos altos escalões governamentais, ou seja, acordos não democráticos de cúpula que em sua maioria venderam, de uma forma ou outra, o sistema educacional brasileiro à grupos estrangeiros (atrelando a educação brasileira às imposições do FMI – Fundo Monetário Internacional, a organização mundial do imperialismo – etc.) e grupos nacionais ligados ao ensino privado.

A esse sentido antidemocrático no qual a história de nossa educação vem caminhando, juntam-se os mais recentes ataques. O PNE (Plano Nacional de Educação) e as reformas universitárias que a ele estão atreladas como o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o ProUni (Programa Universidade Para Todos) e o projeto de expansão das universidades estaduais são os mais recentes passos contra toda população brasileira no que diz respeito à educação e a democracia.

No âmbito federal, as linhas argumentativas do Governo Lula na defesa de seus programas para a educação são afirmar estes como : 1. os programas são de inclusão social, pois a grande beneficiária dessa mudança é a população brasileira; 2. que os críticos a eles são antidemocráticos e elitistas,]. Analisemos, contudo, mais de perto cada um desses programas.

A) ProUni

O Programa de Universidade Para Todos (ProUni), tem o intuito de oferecer vagas nas universidades privadas para estudantes que não possuem condições financeiras, o que possibilita que pessoas até então impedidas de seguir um curso superior o façam.

O discurso que justifica o ProUni é lindo: o problema é que o discurso não condiz com a prática, pois, na verdade, o programa está alicerçado em um grande processo de isenção de impostos para as Instituições privadas que dele fazem parte. Expliquemos melhor:

Tudo começou após a Lei da Reforma Educacional feita em 1968, em plena repressão aos movimentos populares levada adiante pela Ditadura Militar. Resultado de uma série de acordos entre o então Ministério da Educação e Cultura e o United States Agency for International Development, conhecidos como acordos MEC-USAIID, entre Brasil e Estados Unidos, por meio dos quais o imperialismo ianque ditava-nos, visando seus interesses particulares, com organizar o ensino em geral e, particularmente, o ensino superior; a Lei da Reforma Educacional, reestruturava toda a educação no país. Por meio deste último acordo fruto do golpe de 1964, além disso, o Governo militar concedia uma série de incentivos à iniciativa privada no âmbito da educação, salientando-se as isenções de impostos. Seja por meio de renúncia fiscal ou por imunidade tributária, as isenções nada mais são que a transferência indireta de recursos públicos à iniciativa privada: dinheiro público que passa às mãos de particulares. Este processo de privatização velada somente avançou até nossos dias, ao ponto das universidades privadas que ofereciam cerca de 45% das vagas no ensino superior quando da Reforma em 1968, ofertarem em 2008, quarenta anos depois, cerca de 70% dessas vagas (dados extraídos do INEP) . Assim, recursos públicos que deveriam ir ao atendimento da população brasileira de maneira também pública, são passados para a iniciativa privada as posses de pessoas e grupos empresariais, que exploram a população.

Nesse contexto democrático brasileiro à população a instituição estudantil representativa à nível nacional — a União Nacional dos Estudantes —organiza caravanas como “Caravana UNE pelo Brasil”, com o discurso de levar reivindicações para o Governo. Porém, o que acontece são acordos unilaterais entre a diretoria da UNE, o Governo pelego de Lula, as reitorias e os empresários, que somente levam à desmobilização estudantil. A UNE, não nos esqueçamos, recebe financiamento do

Governo. Quer dizer, uma das principais instituições estudantil, que deveria fomentar o debate, acaba por apoiar o Governo Federal em troca de financiamento descarado e desmobilizar os estudantes de modo mascarado para que os ataques de Lulla passem por vantagens.

Ficam algumas perguntas: Por que o dinheiro público que é passado para mãos de particulares, não é usado para realmente beneficiar a população como um todo ao invés de servir como meio de lucro para um punhado de grandes empresários, os tubarões do ensino superior? Porque a UNE realmente não critica essas políticas públicas que há muito tempo vem sendo implementadas? Por que se privilegiam os acordos paralelos? Por que o debate é velado à totalidade da população, ao invés de aberto como deveria ser em uma democracia ? Os maiores beneficiados dessas políticas são realmente o conjunto da população, ou são políticas [de caráter não democráticos] não populares com roupagens democráticas?

B) REUNI

O Programa de Apoio a Restruturação das Universidades Federais (REUNI), um pouco diferente do ProUni, é um projeto de ampliação e reestruturação das universidades públicas, o que já é um avanço em relação ao [projeto do] ProUni. Por meio dele, o governo oferece um maior repasse de verbas em troca de uma série de ajustes que as universidades que aderirem ao programa devem realizar.

O maior problema do REUNI não está nos poucos, mas enfim dispensados, recursos à educação pública, e, sim, na precarização das universidades e do ensino em geral que os dados, por serem simples números, escamoteiam.

Por detrás deste projeto se escondem dados importantes. Nas escolas públicas de educação básica há um professor para cada dezoito estudantes; ora, o REUNI pretende fazer o mesmo com as universidades públicas federais, o que implica que se dobre o número de estudantes sem a mesma contratação de um só professor. Será preciso que lembremos o estado calamitoso do ensino público na educação básica? Será isto que queremos em relação as universidades públicas?

Esse aumento do percentual professor/estudantes não é tudo. O REUNI levanta ainda o ensino à distância como forma de ampliar as vagas nas universidades, o que é bastante discutível seja em termos propriamente pedagógicos, seja em termos políticos e financeiros. O REUNI ainda postula que as universidades que aderirem ao programa devem por como meta que 95% de seus estudantes concluíam os cursos, índice que hoje gira em torno de 54%.

Em troca desta série de ajustes o governo propõe, no máximo, 20% a mais de repasse de verbas. Para sermos bastante claros: o Governo quer que as instituições DOBREM o número de estudantes e tenham como contrapartida financeira APENAS 20% a mais de recursos.

O problema desse projeto é a precarização total do ensino em um tempo recorde! Hoje, as instituições públicas de ensino superior do Brasil, com 30% do total de estudantes matriculados [de alunos nelas matriculados], empreendem 80% de toda a pesquisa, além do [e] desenvolvimento de novas tecnologias[.]: será que isso vai continuar com ataques do calibre do REUNI? Ou será que estão tentando destruir as universidades públicas [esses instituições de ensino] como fizeram com a educação básica?

Há de se contar o processo democrático no qual se deu estas discussões — nenhum: restrito aos reitores e a alguns poucos doutores. Quando os estudantes dessas instituições buscaram posicionar-se em relação ao REUNI, seja para opor-se a adesão de suas respectivas universidades a ele, seja para aperfeiçoar esta adesão, ou foram ignorados ou receberam o sempre presente diálogo do cassetete com mui amáveis policiais da Tropa de Choque. É esse tipo de democracia que queremos? Por que a população não tem voz, e quando tenta falar é recebida pela polícia?

A UNE nesse processo cumpriu, mais uma vez, o papel de desmobilizadora do movimento estudantil em troca de alguns milhões do paizinho Lula. Enquanto isto, a universidade pública, ou o que resta de sua qualidade estão a ir ralo abaixo.

Matheus Bortoleto, 2º Ciências Sociais na UNESP-Marília

Natália Bellucci, 2º Pedagogia na UNESP-Marília

O movimento estudantil na última década e o projeto de universidade pública do Governo estadual

No Estado de São Paulo, inclusive na UNESP, o projeto de educação neoliberal – o neoliberalismo é uma forma de gerir o Estado na sociedade capitalista - transforma tudo em mercadoria, inclusive a educação em todas as modalidades e níveis e a coloca a serviço do mercado.

O projeto do governo estadual do PSDB possui algumas frentes: no caso específico do ensino superior o principal objetivo é o sucateamento da universidade pública, para que esta procure e dependa de recursos da iniciativa privada, isto é, dos empresários que apenas visam ao lucro imediato. Para que a educação gere lucro, é preciso sacrificar sua qualidade, já que se trata de um processo de formação humana, de difícil mensuração, onde os resultados se dão a longo prazo.

Em segundo plano, o projeto do governo estadual busca atacar a autonomia das universidades públicas (constitucionalmente garantida). O motivo é claro: há setores dentro das três públicas paulistas dispostos a resistir à implementação do projeto neoliberal de educação do governo. Em terceiro plano: o Ensino à Distância (EaD), forma mais lucrativa para o governo incluir no ensino superior maior parte da população; lucro econômico, pois o EaD é mais barato; mas também lucro político, dado sua rapidez e claro apelo eleitoral. Assim, serão citados alguns ataques e as respectivas respostas da comunidade acadêmica – professores, estudantes e funcionários - na última década.

Entre 2000 e 2004 a UNESP abriu oito novos campi e mais cursos nas unidades existentes sem repasse de verba necessário. Só no campus de Marília dos cinco cursos então existentes, foram abertos mais quatro, Relações Internacionais, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Arquivologia. Em suma: dobrou-se o número de cursos sem que houvesse proporcional incremento na infraestrutura da universidade como construção de salas, bibliotecas, etc. Também não contrataram-se mais professores, tampouco funcionários.

A comunidade acadêmica promoveu discussões e lutas para barrar esses ataques por meio de greves, passeatas, atos, porém sem muito sucesso. Após 2004, o movimento é convertido pela abertura de concursos, reajuste salarial e por mais verbas para a educação. Vale ressaltar que em 2005, na discussão orçamentária da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, foi conquistado pela comunidade acadêmica e movimentos sociais organizados um aumento do repasse de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) para a educação que não chegava ao que a comunidade estava lutando, mas já se configurava como um avanço. O percentual inicial do ICMS destinado às universidades públicas paulistas era de 8,4% em 1989, quando da conquista de sua autonomia financeira e, desde 1995, era de 9,57%. Entretanto, o então governador Geraldo Alckmin (PSDB), vetou o aumento do repasse. Mesmo com forte mobilização da comunidade acadêmica, principalmente dos estudantes, não foi possível barrar o veto.

O sucateamento das estaduais paulistas continuava em curso, mas o movimento continuou lutando e, especificamente a UNESP-Marília foi tendo algumas conquistas, como o Restaurante Universitário, um novo prédio de aulas, um novo laboratório de informática, alguns concursos.

Logo nos primeiros dias de seu mandato, o atual governador Serra, do PSDB, atacou por meio de uma série de decretos as instituições públicas estaduais: alterou-se a estrutura de poder do CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo) com uma reformulação que concentrava os processos decisórios nas mãos de secretários de estado; suspendeu-se as admissões e contratações de pessoal; advieram pressões para que as universidades engessassem o seu orçamento no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios do Estado de São Paulo (SIAFEM); não transferiu-se em janeiro/2007 parte dos recursos previstos em lei; priorizou-se o financiamento de pesquisas operacionais, ou seja, pesquisas que possuam um resultado quantificável e aplicável, que sirvam preferencialmente para que os grandes empresários aumentem seu capital financeiro. Assim, o governo estadual ataca, principalmente, a administração das universidades, ferindo a autonomia conquistada a duras penas pela comunidade acadêmica na década de 1980 e as deixam dependentes do seu governo.

Como resposta aos fortes ataques promovidos pelos Decretos, iniciou-se uma greve dos estudantes nas universidades estaduais paulistas, seguida por funcionários e professores, que se aprofundou com manifestações, passeatas e ocupações em vários campi. Pela força da ocupação estudantil, de 51 dias, da Reitoria da USP, o movimento cresceu com a ocupação da Diretoria do campus de Marília da UNESP, expandindo-se aos demais campi desta universidade. Exigia-se, entre outros, a retirada dos decretos. O movimento foi o mais forte das últimas décadas, tanto que o governo estadual divulgou um decreto declaratório, dia 31 de maio de 2007, abrindo mão da presidência do CRUESP e de outros pontos, como a mudança de redação do decreto referente à pesquisa operacional, mas não de todo o conjunto dos decretos instituídos.

Com o decreto declaratório, muitos professores que estavam apoiando a greve se retiraram, principalmente os reitores. As ocupações foram sendo encerradas, assim como as greves. Apesar disso, o movimento de 2007 reavivou a discussão pela gestão e a autonomia universitárias e demonstrou que os estudantes discutem e se organizam em torno da questão da educação e da sociedade brasileira e ainda demonstrou sua independência perante o movimento docente. Durante

todo esse tempo o movimento estudantil colocou suas pautas e levou o movimento a frente, mas não teve força suficiente para continuar até que todas suas pautas fossem atendidas. A falta de uma organização estadual e o desgaste sofrido depois de muito tempo de luta foram fatores do encerramento das greves e ocupações.

Não tendo passado ainda tempo suficiente para que o movimento conjunto dos três setores se recuperasse do desgaste sofrido após a luta de 2007, o governo de São Paulo retoma seus ataques pela frente do Ensino a Distância (EaD) com a criação da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP) e, em consonância com o governo, a reitoria da UNESP, impõe um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ambos em 2008.

A criação de cinco mil vagas EaD para o curso de Pedagogia, como parte do projeto UNIVESP, foi o primeiro golpe que a UNESP sofreu. O projeto, além de propor EaD, era muito mal formulado propondo uma precária estrutura pedagógica e física. Mesmo com grande parte da comunidade acadêmica se opondo, foi aprovado por cada órgão colegiado central da UNESP, órgãos formados em sua maioria por representantes das áreas exatas e biológicas, até se chegar a matrícula dos novos estudantes na penúltima semana de fevereiro deste ano de 2010.

De início, a proposta era de que o curso começasse no segundo semestre de 2008, entretanto, a comunidade acadêmica, principalmente os estudantes, respondeu com paralisações, abaixo-assinados, impedimentos legais em algumas instâncias, fazendo com que o curso fosse adiado por algum momento. No entanto, a perspectiva do governo é ampliar os cursos nesta modalidade, incorporando as demais licenciaturas. Por isso a luta do movimento deve ser mais ampla, pois assim como a pesquisa operacional, o EaD vem projetando o discurso do progresso tecnológico como salvador da educação e esta como salvadora de todos problemas da sociedade, o que é uma falácia. Se a educação fosse realmente prioridade para o atual governo, a verba destinada a essa área deveria ser muito maior e utilizada para um ensino de qualidade.

Então, qual o interesse dos governos neoliberais no EaD? Para quem serve um ensino desse tipo? Serve para a inserção dos jovens pobres no mercado de trabalho, alienando-os de seu papel de explorados, não sendo oferecida formação de qualidade para que possam criticar essa forma de sociedade e reivindicar uma sociedade melhor. Serve para controlar a formação, ou semi-formação, da maior parte da população brasileira, transmitindo o discurso de que a educação, mesmo EaD, é essencial para uma futura ascensão social.

Ainda nesse mesmo ano, a reitoria da UNESP impõe seu novo projeto de universidade para a próxima década: o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), que propõe os três eixos já citados - a iniciativa privada, a mudança da gestão da universidade e o EaD. O PDI, baseado na idéia de que a universidade deve ser planificada, termina por transformar a universidade em uma empresa, pensando-a em termos de metas que levam em conta somente uma produção quantitativa, submetendo os fins da universidade ao interesse do capital.

O movimento respondeu a estes ataques com muitas discussões e lutas, que obriga a reitoria a passar a discussão às unidades e fazer o caminho inverso, ou seja, discussão pelos órgãos colegiados. Vale ressaltar que os órgãos colegiados possuem uma estrutura no mínimo questionável, pois em sua maioria é formado por setenta por cento do total de membros docentes, quinze por cento de funcionários e quinze por cento de estudantes. No entanto, apesar de algumas mudanças, seu resultado foi o mesmo.

Assim segue o projeto de educação neoliberal, onde os grandes empresários do capital dominam a sociedade e o restante da população trabalha, passa fome e morre. Cabe aos estudantes das estaduais paulistas, refletir sobre esses ataques e se organizar em torno de um movimento forte, com objetivos muito bem definidos e práticas muito bem pensadas. Sozinhos os estudantes pouco farão, mas se conseguirem articular com os demais segmentos e atingir a consciência da população brasileira muito poderá ser feito contra este projeto, tendo em vista a construção de um projeto melhor.

Karina Perin Ferraro, Mestranda em Educação na UNESP-Marília

2009: ano de luta

O ano de 2009 principiou-se tenso nas três universidades públicas paulistas. O governo do estado retomara a ofensiva contra a USP, a UNESP e a UNICAMP por três meios, sobretudo: a UNIVESP, a perseguição àqueles que fizeram as lutas em 2007 e, no caso específico da UNESP, o Plano de Decenal de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Diante dos fatos, logo no princípio de maio, dia 03, os trabalhadores da USP, capitaneados por seu sindicato (SINTUSP), entraram em greve contra os ataques do governo.

Aqui, na UNESP-Marília, os estudantes vinham em um processo de mobilização crescente. A luta em Marília iniciou-se cedo. Já na segunda semana de aula, quando de uma aula magna comemorativa dos 50 anos da faculdade, o primeiro ato estudantil do ano perguntava-se o que havia para comemorar, em fato, quando, após cinquenta anos, a universidade não mudara nada, permanecendo elitista, racista, autoritária e antidemocrática, cerrada sobre si mesma, dando as costas à maior parte da população?

O correr do ano somente viu as coisas esquentarem. Inúmeros atos e manifestações foram impulsionados pelos estudantes da UNESP-Marília: atos na cidade contra a crise econômica, sob o mote "a crise é dos ricos: que os patrões paguem pela crise"; atos na universidade como a ocupação por um dia do R.U. por uma política efetiva de permanência estudantil; paralisações e cadeiraço contra o PDI, a UNIVESP, pela democratização da universidade e contra a repressão ao movimento das Três Públicas Paulistas, particularmente, pela reintegração do Brandão.

Toda agitação culminou com a entrada em greve, no dia 26 de maio, por parte dos estudantes e com a ocupação do prédio de aulas da FFC-Marília. Ponta-de-lança da mobilização estadual, os estudantes da UNESP-Marília forçaram os professores e os trabalhadores a aderirem também a greve sendo que Marília foi o primeiro local do estado onde os três setores entraram em greve conjuntamente e também o último local onde eles saíram.

A resposta das reitorias foi a polícia. No dia 09 de junho, diante da mobilização dada, a então reitora da USP, Suely Viela, chama a polícia a invadir a USP em São Paulo contra os piquetes organizados pelos trabalhadores; trabalhadores funcionários e estudantes resistiram a violência policial naquilo que ficou conhecido como a Batalha da USP. Apelando à força bruta, o CRUESP (ver glossário) mostrou qual sua forma preferencial de diálogo: o cassetete, os cães, as bombas de efeito moral. Como resposta, o movimento cresceu, mas não o suficiente. Na UNESP somente Assis e os estudantes de Geografia de Rio Claro entraram em greve; os trabalhadores de diversos campi da UNESP e UNICAMP aderiram também ao movimento, mas não de maneira massiva tal qual a forte greve de 2007. Mas o fato escandaloso da polícia colocou o movimento na mídia. A falta de democracia na Universidade era patente. E talvez este estar na mídia tenha sido a maior vitória do movimento unificado estadual.

No entanto, com pouca força, não fomos capazes de barrar os ataques. O governo recuou em relação a UNIVESP, mas o projeto continuou vivo e este ano já teremos a primeira turma de pedagogia semi-presencial na UNESP. Brandão não foi readmitido na USP. O PDI não terminou. Podemos dizer, pois, que fomos derrotados politicamente.

Embora na UNESP-Marília os estudantes tenham obtido conquistas pontuais, como o Centro de Línguas, a reforma do campus II da UNESP e a promessa da abertura noturna do R.U., estadualmente fomos derrotados. Afinal, que universidade teremos se a UNIVESP, o PDI e a repressão instalarem-se de vez, comprometendo não só a qualidade como o caráter público da universidade?

E 2010?

Conforme dissemos, como os ataques não cessaram, também a luta não pode cessar. Nas três públicas paulistas, lutar contra a repressão está na ordem do dia, como trataremos em outro texto neste manual. Também as políticas neoliberais, como PDI e UNIVESP, não retrocederam.

No caso específico de Marília, tivemos conquistas pontuais que não se concretizaram. O R.U. ainda não tem o funcionamento noturno assegurado e, mesmo o número de refeições atuais, está comprometido. O dinheiro para a reforma do CEES(ver glossário) ainda não foi liberado. Portanto cumpre que os estudantes se organizem para lutar pela concretização das conquistas da forte greve.

Felipe Luiz "Guma", 4º Filosofia na UNESP-Marília

4 motivos para desmistificar o Ensino a Distância (EaD)

1. Enquanto na universidade pública com cursos presenciais existe uma relação de ensino e aprendizagem - porque só há ensino quando há aprendizagem - e isso acontece no momento que os estudantes expõem suas idéias e dúvidas e as debatem com seus professores e colegas, isto é,

estabelecem uma relação de participação mútua onde todos aprendem; os de EAD pressupõem um mesmo modo de ensinar e de se aprender, desconexos, na qual recebem informações não relacionadas com seu cotidiano, que apenas servem para decorar e utilizar de maneira prática.

2. Enquanto nas universidades públicas com cursos presenciais, os estudantes têm acesso a pesquisa, ao conhecimento produzido, e podem participar dele, os estudantes de EAD não têm.

3. As tecnologias não substituem o conhecimento de um professor, pois é um conhecimento que está sempre em transformação. O conhecimento do professor, assim como o conhecimento historicamente acumulado é um conhecimento transformado a partir das relações humanas e da natureza, portanto, o processo educacional sistematizado é uma atividade essencialmente humana. As tecnologias ainda não conseguiram substituir os seres humanos na tarefa do ensinar apesar dos discursos contrários.

4. Os estudantes de EaD não possuem espaços de participação fora da sala de aula, muitos sequer possuem salas de aulas pelo processo ser virtual, onde possam discutir suas idéias e se organizarem para suas reivindicações, inclusive em relação ao conteúdo e forma de ensino, como na universidade pública em cursos presenciais.

Karina Perin Ferraro, Mestranda em Educação na UNESP-Marília

A universidade que reprime

Embora muitos assim quisessem, a universidade não é homogênea, indiferenciada; de modo algum a Universidade comporta todas as idéias e pessoas, pesquisa todas as coisas, pensa tudo que seria possível pensar. Muito ao contrário, a Universidade é um espaço de tensão, de luta e confronto, cheia de fissuras, enfrentamentos e interesses, tal como a sociedade, que a espelha espelhando-se. Em cada menor ponto há o suficiente para iniciar uma luta magistral; em cada vírgula, em cada letra, em cada palavra proferida e em cada ato que se realiza, todas as razões e todos os motivos.

A Universidade traz em si as marcas das lutas que a engendraram, a mantém tal como ela é, a modificam ou modificaram, que buscaram modificá-la ou radicalmente transformar. Luta-se por tudo: o que e como pesquisar e não pesquisar, como agir, como fazer, como proceder, como organizar. Tantas possibilidades existentes, tantas formas que a Universidade poderia ter tomado; se hoje ela é assim, é porque algum grupo venceu, e a enquadrou na forma desejada; não se trata de um jogo binário, que exclui absolutamente os adversários; uma vitória pode ser parcial, uma derrota pode conduzir posteriormente a uma vitória. Assim, a luta leva a progressão de alguns pontos, a regressão de outros, ao avanço que não cessa ou a derrota que permanece enquanto a resistência não se bem organiza. O melhor meio de conceber a Universidade é, portanto, como um campo de batalha na guerra social que externa e interna à Universidade.

Assim como @s vencedores/as de uma guerra sentem-se no direito de prender, abusar e seviciar os derrotados, na Universidade não poderia ser diferente. Aqueles que vencem o pequeno ou grande confronto, não podem querer poupar @ adversári@s, para evitar que ele se recupere da derrota e reorganize suas forças. Após as greves, as ocupações, as paralisações, enfim, a todas as lutas que @s estudantes, funcionári@s e professores/as levam a cabo pela melhoria, aperfeiçoamento e democratização da Universidade, a burocracia universitária — velha vassala dos interesses do grande capital e dos políticos corruptos — empreende sempre uma onda de repressões, que busca criminalizar e torturar psicologicamente e fisicamente @s brav@s lutadores/as que se opõem às suas políticas.

Na UNESP, na USP e na UNICAMP a repressão é usada tanto para buscar dissuadir as novas lutas, quanto para punir os que já lutaram. Sobre todos aqueles que não se curvam aos mandos e desmandos da burocracia universitária, dos reitor@s, e daqueles professores/as autoritari@s, paira a eterna sombra da punição. Criam-se comissões de averiguação, comissões de sindicância, desenvolve-se um processo, termina-se por punir. É que perseguir e punir são meios de disciplinar uma população ou indivíduo; assim como se bate em um cachorro para que ele não entre em casa, também punem-se lutadores/as para que eles não reajam, para que sejam, ao mesmo tempo, dóceis e produtivos nas posições que a burocracia universitária a eles determina. Por isso lutar contra a repressão aos estudantes, professores/as e funcionári@s engajad@s é tão importante quanto empreender a luta; pois, se após uma luta não se garante as condições mínimas para a organização das próximas, se aqueles que lutaram não podem desenvolver suas experiências nas lutas a devir, então há a derrota, ainda que não imediatamente visível, do movimento.

A história recente das Universidades não deixa dúvida de como essa tática espúria se mantém muitíssimo viva. Em 2005 a UNESP chegou ao cúmulo de cogitar a expulsão de 24 estudantes, 7 do campus de Franca, 15 do campus de Marília e 2 do campus de Araraquara. Os sete estudantes da UNESP-Franca tiveram a “oportunidade” de ser os primeiros expulsos da história da UNESP, em decorrência de um polêmico ato de terrorismo estético contra o reitor e a burocracia da Universidade; estes estudantes, descontentes com a situação da Universidade, e bem sabendo que a reitoria e a burocracia universitária de modo algum defendem os interesses d@s estudantes e funcionári@s, organizaram, no dia 02 de agosto de 2005, um ato estético contra o reitor: em uma reunião da Congregação da Universidade, interromperam-na, um estudante defecou em um jornal do dia e ofereceu ao reitor, como modo de indicar o que ele estava a fazer com a Universidade e o que ele mesmo, enquanto cargo burocrático, era e representava, ao passo que outro estudante entrou bruscamente na sala da Congregação, e passou a vomitar em um balde, devido ao asco advindo após olhar como a Universidade se organiza; outros cinco (ou serão seis?) estudantes entregaram, então, coquetéis molotovs (bombas caseiras) ao reitor, atribuindo-lhe a vontade de destruir a Universidade; enquanto disso, proferiam palavras contra a organização e estado da Universidade. Foi o suficiente para toda a população esconjurar os estudantes que protestaram, movida, sobretudo, por um moralismo decrépito e por um desconhecimento das condições da Universidade. Contando com escasso apoio político, os estudantes foram expulsos há poucos dias do ano findar, o que abre um precedente bastante sinistro para a Universidade.

Na UNESP-Marília a expulsão dos estudantes foi cogitada enquanto represália a uma Ocupação Estudantil da direção da Universidade; o motivo da ocupação foi a mudança no critério de oferecimento das bolsas de assistência estudantil (que deveria ter caráter sócio-econômico), o que criou uma distorção tal que pessoas com renda per capita acima de R\$ 2000 fossem agraciadas com bolsas de R\$ 175,00. Então, após a luta findar vitoriosa, instaurou-se uma Comissão de Sindicância, que contava com o nome de todos os membros do Diretório Acadêmico que, não por acaso, contam-se entre os estudantes mais ativos do movimento estudantil da UNESP. Felizmente, após muita pressão política estudantil, a burocracia recuou e a expulsão não ocorreu. Isto ocorreu em 2005.

Já na UNESP-Araraquara o caso foi bastante grave. Duas militantes do PCO (Partido da Causa Operária) foram ameaçadas de expulsão por fazerem distribuição de materiais político-partidários no interior da Universidade, somado ao fato de complicações para eleições de entidades estudantis. A direção da unidade buscou intervir na organização do ME, o que gerou fortes protestos; o clima ficou pesado na FCL, tendo inclusive ocorrido o espancamento de professores, com a presença de skin heads araraquarenses. Uma vigorosa oposição por parte d@s estudantes não foi suficiente para impedir as punições às militantes, ainda que abrandada (!) em uma suspensão de um semestre no ano de 2006.

São alguns casos que, no entanto, não são suficientes para ilustrar. Falamos da repressão contra estudantes, mas não são só eles que empreendem as lutas no interior da Universidade, pois as lutas mais fortes são aquelas nas quais os três setores (estudantes, funcionári@s e professores/as) unem-se. Falemos então da repressão que desaba sobre professores/as e funcionári@s.

Ainda que sejam também @s professores/as que giram a Universidade, não podemos esquecer que eles também não estão unidos em tudo, mas que possuem idéias, concepções e ações que se diferenciam como a areia da água. Assim, existem professores/as que pertencem a grupos políticos que dominam a Universidade que querem calar àqueles que se-lhes opõem. Demitir um/a professor/a concursad@ é um mais difícil que expulsar um estudante rebelde ou exonerar um/a funcionário@ insubmiss@ e combativ@. Mas há outras formas de retaliação: perseguições acadêmicas, não liberação de verbas, ou bolsas, perseguições a orientando, etc. Há casos ainda mais graves, como o do geógrafo franco-polonês Jan Leszek Dulemba, professor da UNESP-Franca, que se matou em dezembro de 1975, em decorrência do clima de perseguição, delação e boatos que os demais professores/as, contrários as suas posições políticas o precipitaram. Há casos mais recentes; ainda ano passado quatro professores do campus experimental da UNESP-Registro foram (e ainda estão sendo) ameaçados de morte, tanto pelo fato de sua militância sindical ativa, quanto em decorrência das investigações que estão a promover sobre as contas da Universidade; as ameaças de morte passam todas pela exigência do fim das investigações, como, por exemplo, na ameaça relatada pela Seção Sindical da ADUNESP de Registro, recebida por telefone: “se continuarem com essas denúncias vão MORRER, TODOS VOCÊS, SAFADOS (...) vocês não precisam saber sobre a PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CAMPUS REGISTRO”. A Reitoria não se posiciona, mantendo um mui prudente silêncio sobre os casos. Os professores ameaçados estão a exigir que se cumpra uma portaria da própria reitoria da UNESP que, entre outras coisas, estabelece a

contratação de professores/as concursad@s, a constituição de órgãos colegiados locais (pois o campus é administrado por uma comissão indicada pela reitoria) e a já dita elaboração de uma prestação de contas do campus experimental.

No caso d@s funcionári@s, a questão ainda é mais grave; demitir um professor/a doutor/a ou expulsar um@ estudante de classe média gera indignação e repercussão em toda sociedade; já @s funcionári@s são entendid@s como trabalhadores/as não qualificad@s, quer dizer, dispensáveis. Quando a mão pesada da burocracia busca ceifar-lhes o emprego, os motivos não variam: corte de verbas e repressão à atuação política. Nesse sentido, temos um exemplo ainda recente e muitíssimo vivo de repressão aos trabalhadores e à organização sindical: a demissão de um dos dirigentes do SINTUSP (Sindicato dos Trabalhadores da USP), Claudionor Brandão, em dezembro de 2008.

O SINTUSP é reconhecidamente o sindicato mais combativo do país, marcando presença e organizando todas as grandes lutas das Universidades Estaduais Paulistas, dos funcionários públicos e dos explorados em geral. Brandão é conhecido pela sua militância aguerrida e anticapitalista, o que desperta a fúria da burocracia universitária uspiana e dos políticos reacionários. Assim, a Ocupação da USP, na qual o SINTUSP e Brandão estavam na linha de frente do movimento, foi a gota d'água para a burocracia: inventaram um motivo e despediram-no por justa causa. A reação à demissão de Brandão não tardou, pois desde as entidades estudantis, sindicais e docentes, passando por meios de comunicação de massa (como a Caros Amigos), até deputados e ministros se colocaram contra a demissão de Brandão, denunciando-na como ataque à organização sindical e à democracia. Também nós, estudantes, não podemos ficar de braços cruzados diante do autoritarismo bismarckiano da Reitoria da USP; a luta contra a demissão de Brandão é, desde já, uma das pautas para a forte luta universitária que deve se desenvolver este ano, contra os efeitos da crise econômica criada pelos banqueiros, contra as medidas precarizadoras da educação (especialmente o PDI e o EaD) e contra a repressão aos funcionários, estudantes e professores que empreendem as lutas na Universidade.

Há mais, no entanto. A repressão, por vezes, desencadeia-se como forma de acabar com as lutas enquanto elas ainda estão a ocorrer. Assim, a UNESP-Araraquara foi invadida pela polícia quando de uma ocupação estudantil em 2007, no contexto da luta contra os famigerados Decretos Serra. A bicentenária Faculdade de Direito da USP, também foi invadida pela tropa de choque do Governador Serra, enquanto lá ocorria uma ocupação temporária, também em 2007, em defesa da Universidade Pública. Mas as Universidades privadas também conhecem a repressão: a ocupação da Fundação Santo André, Universidade municipal da cidade de mesmo nome, também foi atacada quando os estudantes exigiam menores mensalidades, a investigação do reitor da Universidade (sobre o qual pairava suspeita, posteriormente comprovada, de corrupção) e a reabertura de cursos arbitrariamente fechados pela reitoria, que, não por acaso, eram cursos de ciências humanas, em muitas ocasiões, mais combativos que os demais.

Se a Batalha da USP, no dia 09 de junho de 2009, surpreendeu uns e outros, os motivos não são claros. A polícia invadir e surrar estudantes, funcionários e professores no interior da universidade é o fio lógico de continuidade das políticas e ações que estão a ser aplicadas vão lá 15 anos. Chegamos em um momento em que a tensão tanto se acirrou que somente os músculos esculpidos e as bombas com cuidado fabricadas poderiam resolver o impasse. Não tenhamos dúvida que este é somente um novo período, há anos dado, da ofensiva neoliberal rumo a privatização completa dos serviços públicos.

Não é a primeira vez a polícia é usada contra lutadores. Desde 2004 a reitoria da UNESP mostra sua disposição em ir até o fim em suas políticas, neste mesmo ano, por exemplo, a Tropa de Choque invadiu a reitoria ocupada da UNESP e chegou mesmo a garantir uma reunião da burocracia acadêmica em Araçatuba, diante de uma multidão de estudantes que se colocavam contra a precarização. Aqueles estudantes expulsos que eu já disse, e dos quais sou um dos representantes, pagaram não só com a expulsão, mas com processos criminais por sua ousadia contra os neoliberais da reitoria e da diretoria. Em 2007, o Choque invadiu a UNESP-Araraquara, ao mesmo tempo em que, na UNESP-Marília, a Congregação deliberava se a polícia teria ou não uma base permanente no campus. Já ano passado vimos o giroflex brilhar na UNESP de Rio Preto. Dois reitores depois, a polícia invade a ocupação dos estudantes da UNESP-Prudente este ano, mostrando que Herman, o atual magnífico da UNESP, não abre mão dos coturnos para se impor.

E não só de polícia que vive a repressão. Afinal, quando a Direção nega-se a trazer um palestrante deliberado pelos estudantes, como ocorreu na organização da Calourada 2010, não se trata também de uma forma de repressão, mas de outro modo, silenciosa, velada?

Polícia, sindicâncias, expulsões, suspensões e demissões de cunho político, são coisas que não combinam com a Universidade. Ao menos, é o que pensam @s estudantes, funcionári@s e a

maioria dos professores/as; mas para defender seus interesses vis, sua posição de gestora da Universidade, seu controle sobre as verbas públicas — não raro desviadas tanto para caixa dois de partidos, enriquecimento ilícito ou ostentação de lixeiras folheadas a ouro — a burocracia universitária, os governos subservientes e os exploradores capitalistas não pestanejam em utilizar a força bruta dos policiais, da cavalaria, dos cães, dos cassetetes e das bombas de gás. Eis a sina e a história de nossos dias; eis contra o que cumpre organizar-se para combater e derrotar.

Felipe Luiz “Guma”, 4º Filosofia na UNESP-Marília

Ano Novo, Velhos hábitos: Integração, Violência e Tradição.

Ano após ano assistimos, sem maiores questionamentos, a repetição de uma série de atividades que muitas vezes constroem e humilham os calouros, mas que pelo seu caráter tradicional são consideradas normais e até naturais ao processo de iniciação dos primeiro-anistas ao ensino superior. Sobretudo nesse início de ano letivo em que o trote torna-se parte da realidade, principalmente, dos alunos ingressantes, é importante refletirmos de forma mais ampla essa questão para evitarmos constrangimentos, distorções e abusos.

De forma mais geral, o trote pode ser entendido como uma tradição acadêmica que consiste num conjunto de atividades organizadas pelos alunos veteranos para a recepção dos calouros, ocorrendo de forma mais efetiva, normalmente, nos dias de matrícula e nos primeiros dias de aula, valendo ressaltar que as atividades podem continuar ocorrendo durante todo o semestre ou ano letivo, ou então até o aluno ser desconsiderado da condição de “bixo”. Sendo o trote uma Tradição Acadêmica sua principal pretensão é tornar-se natural aos indivíduos, pois tudo o que é natural apenas “é” e dispensa o pensamento, o questionamento e as possibilidades. O corte de cabelo e a pintura dos calouros na FFC de Marília é um bom exemplo disso. Muitas vezes tratam-se tais atividades como se fossem etapas necessárias e naturais ao ingresso dos primeiro-anistas, quando na verdade de genuíno e natural só existe a imposição e a tentativa de ajustamento dos ingressantes a essa ordem. Assim é bom ficar claro ninguém é obrigado a participar de nenhuma prática ou ritual que não queira, devendo ser respeitado, sem sofrer nenhum tipo de coação.

Na tentativa de legitimar-se e tornar-se a regra, a tradição também utiliza-se de outros mecanismos como a falsa idéia de que as coisas “sempre foram assim” para justificar suas ações. Assim, é que quando entramos na universidade temos a impressão de que todas as pessoas que estão ali passaram por esse rito de iniciação, logo tornando nossos questionamentos e até a nós mesmos muito pequenos diante da imensidão desse “sempre imemorável” da tradição do trote. Por isso devemos ter claro para nós que o “trote”, seja lá da forma como se apresentar, não é necessário e menos ainda natural ao processo de ingresso à vida acadêmica, apesar de se pretender assim. Logo observarmos que a tradição funciona como um eficientíssimo meio de controle e de obtenção de poder, uma vez que dispensa a reflexão e as dúvidas dos indivíduos, enquanto rege e impõe suas regras sobre eles. Assim nossa problemática aparece justamente quando esta tradição passa a se impor sobre vários indivíduos e nessa tentativa de ajustá-los à sua ordem, utiliza-se das mais diversas formas de violências, constrangimentos e outros mecanismos de coerção.

Outro ponto importante nessa discussão, principalmente aqui na FFC de Marília, é a questão do “trote leve”, já que aqui as atividades realizadas são classificadas dessa forma, por não termos um histórico de “violências” durante a realização do trote. Aqui cabe pensarmos a concepção de violência comumente utilizada quando tratamos da questão. Mas apesar do adjetivo “leve”, é comum por aqui muitos calouros serem obrigados a cortar o cabelo, a pintar o rosto e corpo, a pagar taxas em dinheiro sob ameaças de ovos, entre outras atividades que ocorrem dentro da própria universidade nos dias de matrícula e na primeira semana de aula. Classificar o trote dessa forma, de acordo com uma suposta intensidade, significa reduzir um amplo conceito de violência apenas à violência física, desconsiderando as várias outras formas de violências, que podem causar danos iguais e até piores às vítimas que as recebem. O terror causado pela intimidação, a submissão do calouro implícita no ar, as “brincadeiras” constrangedoras, a ridicularização, as ordens recebidas e as diversas formas de coerção e ajustamento são formas de violência muito graves e que podem causar prejuízos irreparáveis, mas que, no entanto, nesse ambiente confuso do trote, muitas vezes são consideradas legítimas, por não serem agressões físicas. Quem pode dizer que a ridicularização e o constrangimento que pode causar um apelido, por exemplo, é menos prejudicial

que um soco? Ambas as formas de violência são terríveis, mas o que vemos é uma preocupante naturalização dessas outras formas de violências, as não físicas, que se tornam legítimas sob as máximas de trote "leve" e "médio". Torna-se muito difícil, dessa forma, classificar com elementos exteriores aos indivíduos as atividades do trote de acordo com uma suposta intensidade, uma vez que as pessoas possuem estruturas psicológicas com limites diferentes, sendo que, por exemplo, o que representa uma simples brincadeira para uma, pode causar um surto psicótico em outra. Isso nos mostra que o trote não passa a ser aceitável por ser convencionado como "leve", "médio" ou "grave", pois como vimos a intensidade e o grau de violência das atividades são medidos de forma muito particular.

Nesse sentido, podemos inverter a lógica e pensarmos que talvez o trote que temos visto em nossa faculdade nos últimos anos, seja muito pior que o observado em outras universidades com históricos de casos considerados "graves" ou ironicamente "violentos", pois aqui essas inúmeras formas de violências estão naturalizadas e normalizadas, e não dificilmente, nem identificadas como violência são. Preferimos, e aqui se inclui a comunidade acadêmica como um todo, nos esconder diante da confortável idéia de "trote leve" e acreditar que o nosso problema está resolvido ou que nem problemas temos, enquanto casos de constrangimento, ridicularizações e muitas outras formas de violência ocorrem dentro da nossa própria instituição sob os nossos olhos.

Enfim, penso ser importante ficar claro que de forma alguma a Integração entre os alunos precisa necessariamente passar pelas atividades do trote. Aliás, após essa mínima reflexão, penso parecer um tanto contraditório e até insustentável a defesa de que pessoas possam realmente se integrar num ambiente de mão única, no qual mistura-se ordens e imposições com momentos de simpatia, risadas com momentos de tensão, brincadeiras com ridicularizações, entre outras coisas. É nesse sentido, que a comissão da calourada de 2010 elaborou uma programação com diversas atividades, como oficinas de variados temas, uma mostra de música e poesia, palestras e debates, entre uma série de outras atividades, buscando proporcionar alternativas e abrir outras possibilidades de integração, para que este momento de contato entre os estudantes não fique reduzido apenas ao trote.

Diego Damaceno Lima 4º ano C.Sociais

Glossário

Burocracia: sistema de organização hierárquica no qual divide-se responsabilidade que serão executada por meio de regras e procedimentos rígidos. Não raro (quase sempre!) dificulta as coisas simples e esconde enormes processos de corrupção.

C.A.: Centro Acadêmico; entidade representativa dos estudantes de um curso.

CRUESP: Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo; entidade que reúne os reitores das três universidades estaduais e vários secretários de estado. A presidência é sempre de um dos reitores.

CEES: Centro de Estudos do Ensino e da Saúde; ou campus II da UNESP-Marília; local onde vários cursos da FFC elaboram seus estágios. Tem graves problemas estruturais, com o teto perigando cair e o chão afundar.

D.A.: Diretório Acadêmico; entidade representativa dos estudantes de uma faculdade ou instituto.

DCE: Diretório Central dos Estudantes; entidade representativa dos estudantes de uma universidade.

Entidades patronais: assim como os trabalhadores e os estudantes possuem meios de representação, também os patrões e os ricos possuem seus órgãos para defesa de seus interesses comuns enquanto classe.

Meritocracia: meio de organização que privilegia, em tese, o mérito. Costuma, entretanto, privilegiar formas viciadas de escolha: quem define o é passível de mérito? Não são todos na universidade, tenhamos certeza. Além disso, a meritocracia reforça a burocracia e garante a predominância de um grupo político de professores na universidade.

Política de permanência estudantil: políticas que buscam garantir que os estudantes pobres permaneçam na universidade. Dentre elas podemos salientar: moradia, R.U., bibliotecas, laboratório de informática, bolsas de caráter sócio-econômico, etc.

Órgãos colegiados: meio de organização pautado na deliberação de membros iguais entre si. Contudo na universidade como a composição destes órgãos não segue a composição em números absolutos, esta forma torna-se antidemocrática e autoritária. Exemplos de órgãos colegiados universitários: Conselho universitário, Congregação e órgãos anexos a estes (Comissões, etc.)

Órgãos executivos: são aqueles órgãos que existem para colocar em prática as decisões dos órgãos colegiados. Exemplos, Reitoria e Diretoria.
RDs: representantes discentes.